

Walber de Moura Agra

Walber de Moura Agra

TEMAS POLÊMICOS DO DIREITO ELEITORAL



2ª edição revista, ampliada e atualizada

Temas Polêmicos do Direito Eleitoral

2ª edição revista, ampliada
e atualizada

Área específica

DIREITO ELEITORAL

Áreas afins

DIREITO PÚBLICO. DIREITO CONSTITUCIONAL.
CIÊNCIA POLÍTICA

Público-alvo/consumidores

OPERADORES DO DIREITO ELEITORAL

O presente trabalho se destina a todos os operadores de Direito Eleitoral, de forma indistinta. Nos artigos que compõem a presente obra, tenciona-se palmilhar pelos pontos mais problemáticos no que concerne aos pleitos eleitorais, mostrando cada nuance sob vários prismas, para que o leitor possa chegar a suas próprias conclusões.

Na época hodierna, sabe-se do vulto em que se transformou a Justiça Eleitoral, principalmente depois da denominada “Lei da Ficha Limpa”, fazendo com que ela assuma relevante papel nas eleições. Contudo, há uma carência muito grande na construção de uma teórica séria a respeito da matéria, que não fique ao alvedrio de jurisprudências cambiantes. Um dos objetivos do trabalho é contribuir para que a teoria eleitoral possa ser densificada.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001441

A277t	<p>Agra, Walber de Moura Temas Polêmicos do Direito Eleitoral / Walber de Moura Agra. 2. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte : Fórum, 2018.</p> <p>255 p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-85-450-0537-7</p> <p>1. Direito. 2. Direito Eleitoral. I. Moreira, André Mendes. II. Título.</p>	CDD 324.63 CDU 342.8
2018-422		

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Temas Polêmicos do Direito Eleitoral*. 2. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 255 p. ISBN 978-85-450-0537-7.

Walber de Moura Agra é Mestre pela UFPE. Doutor pela UFPE/Università degli Studi di Firenze. Pós-Doutor pela Université Montesquieu Bordeaux IV. Procurador do Estado da Pernambuco. Conselheiro Seccional da OAB/PE. Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/PE. Advogado.

SUMÁRIO

INCONSTITUCIONALIDADES DA INCIDÊNCIA	
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2010.....	11
Introdução.....	11
1 Moralismo <i>versus</i> Estado de Direito.....	12
2 O caráter alopoético e autopoético do STF.....	15
3 Princípio da anterioridade eleitoral.....	19
4 Conceito de inelegibilidade.....	22
5 Retroatividade da Lei Complementar nº 135.....	24
6 Ato jurídico perfeito e coisa julgada.....	27
7 A judicialização das contendas eleitorais.....	29
8 Conclusão.....	32
Referências.....	33
BREVES ANOTAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO ELEITORAL	
BRASILEIRA.....	35
1 Histórico da Justiça Eleitoral no Brasil.....	35
2 Brasil Colônia.....	36
2.1 As leis eleitorais no Império.....	38
2.2 Lei dos Círculos.....	41
2.3 Lei do Terço.....	42
2.4 Lei Saraiva.....	43
3 História da legislação eleitoral na Primeira República.....	45
3.1 Lei Rosa e Silva.....	46
3.2 Da Justiça Eleitoral e do Código de 1932.....	48
3.3 Código de 1935 e Constituição de 1937.....	51
3.4 Código Eleitoral de 1945.....	51
3.5 Código Eleitoral de 1950.....	52
3.6 Código Eleitoral de 1965.....	53
3.7 Lei das Inelegibilidades (LC nº 64/90).....	54
3.8 Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95).....	56
3.9 Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97).....	57
3.10 Minirreforma Eleitoral (Lei nº 12.034/09).....	59
3.11 Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/10).....	61
3.12 Leis nº 13.487 e nº 13.488/2017.....	63
Referências.....	67
A PANACEIA DOS SISTEMAS POLÍTICOS.....	69
1 Democracia.....	69
2 Reforma política.....	71
3 Sistema eleitoral.....	74
4 Sistema majoritário.....	76
5 Sistema proporcional.....	78
6 Sistema de voto distrital.....	80
7 Voto proporcional em lista fechada <i>versus</i> lista aberta.....	81
Conclusão.....	83
Referências.....	83
FINANCIAMENTO DE CAMPANHA	
E PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	87
1 Financiamento de campanha. Doações e contribuições de campanha.....	87
2 Limite de gastos.....	91
4 Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).....	94
5 <i>Crowdfunding</i>	97
6 Prestação de contas do candidato.....	98
7 Exame da prestação de contas pela Justiça Eleitoral.....	99
8 Rejeição de contas.....	103
DO DIREITO DOS PARTIDOS À VAGA DOS SUPLENTEs.....	105
1 Da importância dos partidos políticos no Brasil.....	105
2 Os partidos políticos e a soberania popular.....	108
3 Bloco de constitucionalidade.....	110

4	Da possibilidade de mutabilidade das decisões do Poder Judiciário.....	113
5	Natureza da coligação.....	115
6	Atestação que a vaga pertence ao partido político.....	117
7	Da pertinência do mandato ao partido.....	120
8	Análise dos Mandados de Segurança nº 30.260 e nº 30.272 pelo STF: mutação constitucional ou ativismo judicial?	123
	Conclusão.....	125
	Referências	126

CAPTAÇÃO ILÍCITA DE ARRECADAÇÃO E

	GASTOS – ANÁLISE DO ART. 30-A DA LEI ELEITORAL	129
1	Origem do art. 30-A.....	129
2	Questões processuais.....	132
3	Proporcionalidade e as sanções previstas no art. 30-A	137
4	Procedimento do art. 22 da LC nº 64/90	142
	Conclusão.....	145
	Referências	146

DA INELEGIBILIDADE POR REJEIÇÃO DE CONTAS POR PARTE DE PREFEITOS

	MUNICIPAIS	147
1	Pressupostos para a incidência da inelegibilidade por rejeição de contas	153
2	Conceito de irregularidade insanável.....	156
3	Da necessidade de configuração de ato doloso de improbidade administrativa	160
4	Da necessidade de decisão irrecorrível por órgão competente.....	164
5	Da inexistência de provimento judicial suspensivo	168
6	Da necessidade da atividade desenvolvida ser de ordenador de despesa	170
7	Da imputação de inelegibilidade.....	174
	Referências	177

A TAXIONOMIA

	DAS INELEGIBILIDADES.....	179
	Introdução.....	179
1	Condições de elegibilidade.....	180
2	Conceito de inelegibilidade.....	186
3	Inelegibilidade absoluta e relativa.....	189
4	Inelegibilidades constitucionais.....	192
5	Inelegibilidade infraconstitucional.....	196
6	Inelegibilidades inatas e cominadas.....	208
7	A inelegibilidade como situação jurídica	212
8	O caráter de sanção da inelegibilidade cominada	214
	Conclusão.....	216
	Referências	217

AIJE – AIME – DELINEAMENTOS GERAIS.....

	219	
1	Processo eleitoral	219
2	Natureza e conceito das ações.....	224
3	Conceituação da ação de investigação Judicial Eleitoral	226
4	Causa de pedir.....	227
5	Hipóteses de cabimento	228
6	Natureza jurídica da AIJE.....	235
7	Necessidade de citação do vice: litisconsórcio facultativo ou necessário?.....	237
8	Lapso temporal.....	238
9	Procedimento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral	239
10	Conceito e fator teleológico da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	242
11	Inversão hermenêutica.....	243
12	Cabimento e natureza da AIME	244
13	Procedimento da AIME.....	247
14	Diferenças e simetrias entre AIJE e AIME	252
	Referências	254